

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

Requer informações ao Ministério da Saúde, sobre a execução, financiamento e cobertura das políticas públicas de **saúde mental** no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e, na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministério da Saúde informações **detalhadas sobre a execução, financiamento e cobertura das políticas públicas de saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**.

Para direcionar a resposta, seguem os seguintes questionamentos específicos:

1. Qual o orçamento destinado especificamente à saúde mental nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, discriminando as fontes de recursos, bem como a previsão para 2026;
2. Quantos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão atualmente em funcionamento no país, discriminados por tipo (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPS Infantil) e por unidade federativa;
3. Quantos leitos de saúde mental existem no SUS, em hospitais gerais e especializados, bem como a taxa média de ocupação;



4. Quais medidas estão sendo adotadas para ampliar a cobertura da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sobretudo em municípios de pequeno e médio porte;

5. Se existem planos para ampliar o atendimento remoto (teleatendimento) em saúde mental, principalmente em áreas rurais e remotas;

6. Qual o quantitativo de profissionais de saúde mental (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais) atuando na rede pública, discriminado por região;

7. Quais estratégias estão em andamento para reduzir a fila de espera por atendimentos psiquiátricos e psicológicos no SUS;

8. Quais políticas específicas estão sendo implementadas para grupos prioritários (crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, usuários de drogas e populações em situação de rua);

9. Se há previsão de ampliação de campanhas nacionais de prevenção ao suicídio e de promoção da saúde mental, com especial foco no Setembro Amarelo;

10. Quais ações estão sendo articuladas com o Ministério da Educação para fortalecer a atenção psicossocial no ambiente escolar.

JUSTIFICATIVA

A saúde mental é, atualmente, um dos maiores desafios da saúde pública no Brasil e no mundo.

O crescimento acelerado dos índices de depressão, ansiedade, transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e os alarmantes dados de suicídio, sobretudo entre jovens e idosos, demonstram a urgência de políticas públicas consistentes, transparentes e de cobertura universal.



O Brasil dispõe da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011, que deveria assegurar atendimento integral em saúde mental.

No entanto, diversos levantamentos e relatos apontam deficiências estruturais: escassez de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em muitas regiões, insuficiência de profissionais qualificados, leitos reduzidos para internações psiquiátricas e grande desigualdade no acesso entre capitais e municípios do interior.

Essas falhas de cobertura resultam em filas de espera prolongadas, descontinuidade no tratamento e sobrecarga das famílias, que frequentemente buscam o Judiciário para garantir medicamentos ou atendimento especializado.

Além do impacto humano, a precariedade do atendimento gera reflexos diretos na economia, com aumento de afastamentos laborais, aposentadorias por invalidez e custos adicionais ao sistema previdenciário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reforça que cada dólar investido em tratamento de depressão e ansiedade retorna quatro dólares em produtividade e redução de custos sociais, o que evidencia a importância estratégica de fortalecer essa política pública.

Os transtornos mentais estão entre as principais causas de afastamento do trabalho e de incapacidade em nosso país. Milhares de famílias enfrentam diariamente a falta de profissionais, a demora no atendimento e a dificuldade de acesso a medicamentos e terapias.

Ao mesmo tempo, temos relatos de desigualdades regionais graves, que prejudicam especialmente os municípios de médio e pequeno porte.

Nosso objetivo, com este pedido de informações ao Ministério da Saúde, não é apenas reunir dados técnicos. É exercer o papel constitucional do Parlamento: fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e garantir que as políticas cheguem de fato à população que mais precisa.



A transparência sobre orçamento, número de CAPS, leitos disponíveis, profissionais atuantes e estratégias de prevenção ao suicídio permitirá que esta Comissão acompanhe a política nacional de saúde mental com mais profundidade e proponha medidas efetivas de aprimoramento.

Assim, é dever desta Casa acompanhar de forma minuciosa a execução das ações de saúde mental, avaliando a correta aplicação dos recursos e garantindo que a população tenha acesso efetivo e igualitário aos serviços. Tal medida reafirma o compromisso desta Comissão com a defesa do SUS, com a dignidade humana e com a vida de milhões de brasileiros que dependem de uma rede de saúde mental.

Este Requerimento de Informação decorre da aprovação do Requerimento nº 208/2025, CSAUDE, de autoria do Deputado Geraldo Resende (PSDB/MS) e da Deputada Silvia Cristina (PP/RO), em Reunião Deliberativa Extraordinária realizada nesta data. Subscreveram o Requerimento os(as) Deputados(as) Ana Pimentel (PT/MG), Dimas Gadelhas (PT/RJ), Detinha (PL/MA), Enfermeira Rejane (PCdoB/RJ), Dr. Fernando Máximo (UNIÃO/RO), Osmar Terra (PL/RS), Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA), Bruno Ganem (PODE/SP) e Luciano Ducci (PSB/PR).

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputado **Zé Vitor**
PRESIDENTE

